



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

DF ganha Academia Brasileira de Direito

José Cruz/Agência Brasil



Gustavo Lima/STJ



STJ/Divulgação



Será instalada hoje a “Academia Brasileira de Direito”, com conferência do procurador-geral da República, Paulo Gonet, que tomará posse como membro honorário. Tomarão posse 27 membros, entre eles, o criminalista Nabor Bulhões, o ex-procurador-geral da República Augusto Aras (E), o subprocurador-geral do Trabalho Manoel Jorge e Silva Neto, a ex-ministra do TSE Maria Claudia Bucchianeri, o ministro Marcelo Navarro (D), do STJ, o governador Ibaneis Rocha e o ex-presidente do Conselho Federal da OAB Ophir Cavalcante. Entre os membros também estão o ministro Douglas Alencar, do TCU, o procurador federal João Carlos Souto, o advogado Ricardo Sayeg, a advogada Samantha Meyer-Pflug Marques e ex-desembargador eleitoral Jackson Domenico e o ministro Humberto Martins (C), ex-presidente do STJ. As posses ocorrerão na Escola Superior do Ministério Público da União. A exigência para ocupar um dos assentos é que o membro seja um jurista de destaque e esteja instalado em Brasília.

Na cadeira do marido

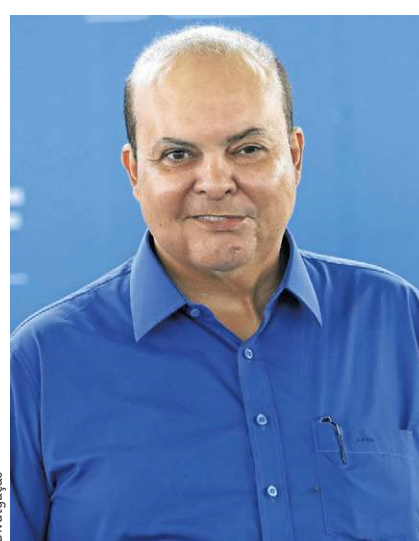
A procuradora Eunice Carvalho, ex-chefe do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), toma posse na cadeira da Academia Brasileira de Direito que leva o nome do marido, o ministro Hamilton Carvalho. O magistrado aposentado do STJ morreu de covid-19 durante a pandemia.

Breno Fortes/ENCDF



Homenagem a Saulo Ramos

O governador Ibaneis Rocha ocupará a cadeira que leva o nome do jurista Saulo Ramos, ministro da Justiça do governo de José Sarney, advogado, político e escritor. Saulo Ramos morreu em abril de 2013.



Divulgação

Tarifa social para 270 mil pessoas

A Caesb amplia, a partir de hoje, a tarifa social para a população mais vulnerável do Distrito Federal. Agora, cerca de 270 mil pessoas contarão com o benefício; 180 mil a mais do que os contemplados atualmente. A companhia vai cumprir o prazo previsto pela lei federal 14.898/2024, sancionada em junho deste ano. A norma prevê o auxílio para as pessoas com renda de até meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único ou que tenham membros na família com deficiência ou idosos acima de 65 anos recebendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

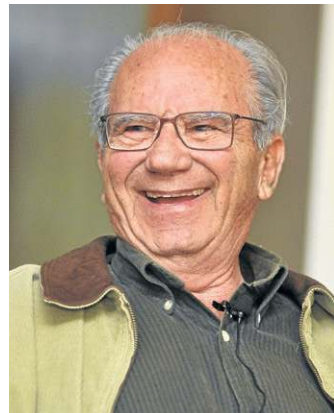
Esforço

Depois da análise da Caesb, o governador Ibaneis Rocha pediu que a companhia fizesse todos os esforços para ampliar o benefício dentro do prazo. Desde 2020, o governo já concedia o benefício para 90 mil pessoas, de acordo com critérios definidos pela Adasa. “O governador Ibaneis, com a Caesb, está trabalhando para transformar a vida da população de baixa renda, reduzindo o valor da conta desse item tão essencial para todos, que é o saneamento básico”, afirma o presidente da Caesb, Luís Antônio Reis.

Debate sem fim

O então deputado Jofran Frejat foi o relator na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados do projeto de lei que criou o Fundo Constitucional do DF. O político, que morreu em 2019, disse à época, em novembro de 2002: “Hoje, o governador é obrigado a andar pelos ministérios, de pires na mão, implorando por recursos. Agora ele vai poder negociar diretamente até mesmo os aumentos salariais naqueles setores, sabendo o montante de recursos de que disporá, independentemente da boa vontade do governo federal”. Ele se referia especialmente às áreas de saúde e educação que passaram a ser parcialmente mantidas pela União, uma vez que a segurança pública já era uma atribuição do governo federal. Agora, 22 anos depois, o debate continua.

Minervino Junior/CB/D.A. Press



Samuel Figueira/Divulgação



Ed Alves/CB/D.A. Press



Sucessão no TCU

Hoje é dia da posse do ministro Vital do Rêgo como presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), em sucessão ao ministro Bruno Dantas, que comandou a Corte nos últimos anos dois anos. Jorge Oliveira assume como vice-presidente. Dantas preparou um discurso em que presta contas de seu trabalho na presidência, iniciado ainda sob os efeitos da crise provocada pela pandemia de covid-19 e intensa polarização política.

Renato Alves/Agência Brasília



Voto de confiança para a PMDF

Policiais militares do DF são contra o uso de câmeras instaladas no uniforme, como o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, determinou que fosse adotada na corporação em São Paulo. Eles acham que a medida sinaliza uma falta de confiança no trabalho da PMDF, sendo que aqui são raros os registros de desrespeito aos cidadãos. Para não melindrar a categoria, a vice-governadora Celina Leão (PP) é contra a medida.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

ORÇAMENTO/ Em relação ao valor aprovado no ano passado para 2024, houve um aumento de 9,05% nas finanças públicas

LOA de 2025 terá R\$ 66,67 bilhões

» PABLO GIOVANNI

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovou, ontem, em dois turnos, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025. Com a aprovação, considerada uma das pautas mais relevantes do segundo semestre, o Governo do Distrito Federal (GDF) garantiu um orçamento de R\$ 66,67 bilhões para o próximo ano.

Em relação ao Orçamento aprovado no ano passado para 2024, houve um aumento de 9,05% nas finanças públicas. O projeto, encaminhado à CLDF em outubro, prevê R\$ 41,6 bilhões provenientes do Tesouro Distrital e R\$ 25 bilhões do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Do montante federal, R\$ 11,4 bilhões serão destinados à segurança pública, R\$ 8,1 bilhões à saúde e R\$ 5,4 bilhões à educação. Enquanto segurança e saúde tiveram acréscimos de 6,97% e 15,79%, respectivamente, os recursos para a educação sofreram uma redução de 0,96%.

As receitas correntes, que englobam impostos, taxas, contribuições, receitas patrimoniais e serviços, estão projetadas em R\$ 37,7 bilhões, representando um crescimento de 9,24% em relação à LOA de 2024. Apesar do aumento geral, a receita patrimonial terá uma queda de 40,52%, enquanto as receitas de serviços e

tributárias apresentarão altas de 20,51% e 13,24%, respectivamente. A arrecadação total com impostos em 2025 está estimada em R\$ 23,7 bilhões, e as operações de crédito devem gerar R\$ 866,6 milhões aos cofres distritais.

No que diz respeito às despesas, 52,42% do Orçamento — o equivalente a R\$ 20,9 bilhões — serão destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais. O montante representa um aumento de 13,7% em comparação ao valor alocado no orçamento de 2024, segundo a Secretaria de Fazenda. O próprio chefe da pasta, Ney Ferraz, esteve presente na Casa.

A sessão de ontem, considerada pelos parlamentares como uma das mais tranquilas dos últimos anos, evidenciou o alinhamento prévio entre os distritais. A votação da LOA, tradicionalmente a última pauta do ano, ocorreu sem grandes obstáculos, embora a sessão tenha iniciado com quase duas horas de atraso. O motivo principal foi a discussão em torno de uma proposta do governo que autoriza a venda onerosa de direitos creditórios tributários e não tributários para empresas privadas ou fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 2025, o deputado Hermeto (MDB) assumirá a liderança de governo. O despacho foi formaliza-

Carolina Curi/Agência CLDF



A sessão de ontem foi considerada pelos parlamentares como uma das mais tranquilas dos últimos anos

do pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) na última semana.

Outras proposições

Os distritais aprovaram, ontem, outros projetos. Entre eles, um encaminhado pelo Palácio do Buriti que prevê a concessão de um carro oficial e quatro servidores para ex-governadores do Distrito Federal.

A oposição destacou não ser contrária à proposta, mas apresentou uma emenda que questionava o método adotado pelo

governo. O objetivo era tornar o texto “mais claro”. No entanto, a emenda foi rejeitada pela maioria dos parlamentares da CLDF, alinhada ao governo. O texto do governo, aprovado em todas as comissões já em plenário, busca garantir a segurança de ex-governantes após o término de seus mandatos, para prevenir possíveis represálias ou ataques.

Outro projeto aprovado foi o que concede reajuste salarial à carreira de músico da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional

Claudio Santoro. A proposta, enviada à Câmara na segunda-feira, definiu salários entre R\$ 9,9 mil e R\$ 14,4 mil. O reajuste foi fruto de um acordo entre a base governista e a oposição e recebeu pareceres favoráveis em plenário.

Além disso, os distritais solicitaram ao GDF que a Orquestra Sinfônica se apresente na reabertura do Teatro Nacional, marcada para o dia 20 de dezembro. A primeira sala a ser entregue será a Martins Pena, com capacidade para 480 espectadores. Os pedidos foram dis-

cutidos com o secretário de Cultura, Cláudio Abrantes, que estava presente na sessão.

Também foi aprovado um projeto que concede isenção do IPVA para veículos de até R\$ 200 mil destinados a pessoas com deficiência. A proposta, apresentada pelo deputado Iolando (MDB), atualiza o teto anterior de R\$ 140 mil. O texto também estabelece que, para veículos com valor venal de até R\$ 300 mil, o IPVA será calculado apenas sobre o valor excedente.

Cidadão honorário

Além das pautas do Executivo, os distritais votaram projetos de decreto legislativo para conceder títulos de Cidadão Honorário de Brasília. Embora estivesse prevista a análise de propostas polêmicas — como a concessão do título ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, ao deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) e ao ministro do STF Alexandre de Moraes —, os parlamentares decidiram adiar essas votações para fevereiro de 2025, a fim de evitar controvérsias.

Por outro lado, foram aprovados os títulos de Cidadão Honorário para a CEO da rede de varejo Magazine Luiza, Luiza Helena Trajano, e para o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).